

**CUIDAR E EDUCAR:
DETERMINANTES HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS**

Adelaide Jóia*

1.

Este artigo procura expor algumas idéias que possam contribuir com a discussão e análise do binômio cuidar e educar na Educação Infantil, em especial no atendimento de zero a três anos (creches).

Para expor as idéias, partirei da experiência vivenciada na Fundação Santo André, no Curso de Formação Especial de Professores (FEP), no qual ministrei a disciplina *História da Educação Infantil: cuidar e educar*, e discutirei ainda, alguns determinantes históricos, apontando para as tendências atuais.

Trabalhar com essa disciplina foi para mim, e acredito que também para as alunas, uma experiência ímpar. A partir dos textos trabalhados nas aulas, foi possível discutir e refletir sobre a prática docente das nossas alunas/professoras e perceber o quanto o cuidar e o educar continuam cindidos, não obstante, boa parte da literatura apontar o contrário.

Embora a disciplina tenha ocorrido somente no 3º e 4º módulos, o tema foi discutido ao longo do curso todo, tornando-se objeto de estudo de inúmeros Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Não posso afirmar que a disciplina proporcionou mudanças na prática docente das nossas alunas/professoras, uma vez que não houve sondagem, porém é possível afirmar que motivou discussão e reflexão nas redes sobre o assunto, pois várias fizeram esse relato.

* Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais e Mestre em Educação: História e Filosofia da Educação - PUCSP (2000). Professora do Curso de Pedagogia da FMC.

Logo no início do curso fizemos uma sondagem sobre o conceito de cuidar e educar, partindo do senso comum. O resultado demonstrou como estamos impregnados de um ideário que dicotomiza corpo e mente. O cuidado está para o corpo, assim como a educação está para a mente. Para cuidar necessita-se de pessoas – mulheres – que sejam pacientes, carinhosas, atenciosas e gostem muito de crianças, já para educar faz-se necessário profissionais – também preferencialmente mulheres – mas que sejam acima de tudo capacitadas para a função (estudadas), ensinem conteúdos escolares às crianças.

Esse foi o perfil traçado no início do curso. Entretanto ao final, foi possível perceber muitas mudanças. As alunas/professoras já não concebiam mais seus alunos de forma separada. Sabiam que enquanto cuidavam, estavam também educando e vice-versa.

Várias alunas discutiram essa temática em seus *portfolios* e alguns transformaram-se em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Perspectivas 2. em Educação

Agora vamos refletir um pouco sobre como o cuidar/educar foram tratados ao longo da história.

As conquistas legais no campo da educação da criança pequena, trazidas pela Constituição Federal de 1988, pelo ECA, pela nova LDB etc. trouxeram também consigo o debate em torno da dicotomia cuidado e educação, na perspectiva da sua integração.

Podemos dizer que historicamente creche e pré-escola se constituíram em dois campos diferentes de atuação. Enquanto a pré-escola desde a sua origem evidencia um caráter educacional, de preparação para a escola regular, a trajetória da creche nos mostra que o assistencialismo foi presença marcante em toda a sua história. Durante muito tempo foi uma instituição para abrigar e salvar crianças (pobres) cujas famílias não possuíam estrutura para fazê-lo. Assim, a maior preocupação das propostas presentes nas creches era com a higiene, considerada extremamente precária entre as camadas populares, e com a saúde, tendo em vista o altíssimo grau de mortalidade infantil.

A creche foi também durante muito tempo concebida como substituta materna, ou seja, como uma instituição que acolhia crianças enquanto suas mães trabalhavam fora de casa. Essa vinculação, segundo Rosemberg (1989), trouxe pesadas conseqüências à

instituição, tanto na perspectiva de sua expansão, como na busca de sua identidade, uma vez que o serviço era visto como emergencial e provisório.

Em que pese essas diferenças todas, é possível afirmar que no início o cuidar e o educar estiveram integrados, pois as instituições acolhiam as crianças, e durante o tempo em que ali permaneciam eram cuidadas e educadas, em complementação com suas famílias. Não havia uma rígida separação entre o que era responsabilidade da instituição e da família.

Num segundo período, que se pode denominar de pós-guerra, marcado pela guerra fria, o mundo divide-se em dois grandes blocos. De um lado estão os países chamados de “socialistas”, liderados pela ex-URSS e de outro os capitalistas, liderados pelos EUA. Enquanto o bloco “socialista” atuava no sentido de assumir a educação da criança desde a mais tenra idade, pois a concepção predominante era a de amor e obediência ao Estado, portanto as crianças deveriam ser educadas por aquela instância, chegando a privar a família do cuidado/educação/afeto aos filhos; os Estados Unidos, ao contrário, adotaram a postura de isenção, de desobrigação para com a criança pequena, considerando-a como responsabilidade exclusiva da família. A preocupação desse Estado seria com a escolarização e, portanto, investe pesado na construção de pré-escolas, com o intuito de preparar as crianças para a escola regular e conseqüentemente evitar o fracasso escolar.

A partir desse momento, pelo menos no Brasil, que acompanha a concepção norte-americana, percebe-se claramente uma cisão entre o cuidar, que passa a ser visto como responsabilidade exclusiva da família, e o educar, que passa a ser concebido como obrigação do Estado, que está preocupado em escolarizar a criança a fim de garantir a sua cidadania futura. Portanto, aquelas famílias que não podem cuidar de seus filhos, encontram nas creches um paliativo, um local provisório para “guardar” os pequenos até que possam fazê-lo. Nesse período a creche fica carregada do estigma de mal necessário, depósito, e a família que precisa recorrer a este serviço, não o faz de forma confortável, ao contrário, sente-se incapaz e culpada.

Já nas décadas de 60 e 70, o advento da revolução cultural, dos movimentos sociais, dos ideais de liberdade, de vida em comunidade etc acaba também por influenciar o comportamento educacional. Nesse período a mulher passa a ocupar maior espaço na esfera pública, a questionar sobre o seu papel – exclusivo – no cuidado e educação das crianças e começa a propor responsabilidade social compartilhada, utilizando como

slogan “o filho não é só da mãe”. Essa mobilização que envolve donas de casa, feministas, clubes de mães, sociedade amigos de bairro e partidos políticos acaba por impulsionar o movimento de luta por creches. Não mais como mal necessário e, sim, como serviço de qualidade, como instituição de direito e de educação das crianças e das mães.

A década de 80 é marcada pela movimentação de profissionais ligados à pesquisa e ao atendimento à infância que discutem a creche e pré-escola no mesmo campo temático, visando o pleno desenvolvimento da criança. Finalmente em 1988 a Constituição Federal reconhece como direito da criança e dever do Estado o acesso à educação em creche e pré-escola (artigo 208, item IV).

Nesse momento histórico percebe-se que o cuidar e o educar voltam a se integrar, compreendendo-se a instituição que acolhe a criança, quer seja a creche, quer ser a pré-escola, o faz na perspectiva do direito e não mais do “favor”; e que família e instituição têm que ser parceiras e atuar de forma que uma seja complementar à outra.

Entretanto, nem bem as políticas de atendimento haviam sido implementadas, as mudanças haviam chegado às bases, o programa de formação em serviço havia sido estruturado e novas mudanças despontaram no cenário global.

Em 1989 assiste-se ao colapso do modelo “socialista” e conseqüentemente a enfraquecimento dos programas sociais e fortalecimento do mercado. É o início da globalização, cuja marca são os programas de políticas compensatórias.

A globalização estimula a competição, trazendo como conseqüência, maior desigualdade social, mais desemprego e desamparo que resultam em acúmulo de funções, aumento de separações e conseqüentemente mais famílias sendo chefiadas por mulheres; além de maior empobrecimento da classe trabalhadora como um todo.

Nessa perspectiva, o que se percebe é que, com a retirada dos direitos sociais, as famílias, em particular, as mulheres, se vêem despidas do direito de recorrer às instituições de apoio, não lhe restando alternativa senão recorrer, novamente, às mães crecheiras (“mercenárias”), ou outro artifício (até mesmo deixar as crianças sozinhas em casa) a fim de saírem para obter o sustento familiar.

Diante disso, algumas tendências se colocam nesse início de século, Haddad (2001, 13),

1) A segmentação do atendimento, pois as creches que atendiam crianças de zero a seis anos, passam a se responsabilizar especificamente pela faixa etária de zero a três anos, não raras vezes em período parcial.

2) Crianças de quatro a seis anos passam a ser atendidas prioritariamente em período parcial, priorizando-se os mais velhos, com vistas a absorver os de seis anos no ensino fundamental (sem adequação do projeto pedagógico).

3) Perda dos recursos anteriormente destinados à creche, via Secretaria de Ação Social;

4) Redução ou paralisação da ampliação do atendimento público à criança de zero a três anos.

Assim, assiste novamente à cisão entre o cuidar e educar. O cuidar passa a ser novamente exclusividade do âmbito privado, enquanto o educar é visto como responsabilidade do poder público, de escolarização, que a meu ver, é um equívoco, pois as crianças perdem o que há de melhor na infância, que é o direito de brincar, fantasiar, enfim, ser feliz.

Essa é uma discussão que deve ser enfrentada porque não são raros os estudos que apontam para o fim da dicotomia entre cuidar/educar, tendo em vista a integração das creches nas redes de ensino, como por exemplo, a dissertação de mestrado de Marcon (1999) **A creche como instituição educacional**: um estudo documental – que afirma a não existência da oposição entre cuidado e educação, uma vez que tal cisão não foi observada na creche por ele pesquisada.

No caso do trabalho de Marcon (1999), é importante lembrar, que o mesmo fez um estudo documental e que, de fato, os documentos apontam mesmo para a integração do cuidar/educar, haja vista a atual legislação, em especial a LBD (9394/96), que em seu artigo 4º determina que “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: (IV) – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos”.

Ao fazer uma leitura dos recentes documentos, percebe-se que a concepção assistencialista, do favor, foi superada pela concepção educacional, do direito. Entretanto ao olhar o dia a dia das instituições, percebe-se a nítida cisão entre o trabalho efetuado nas creches e o trabalho realizado nas pré-escolas.

Nesse sentido, considera-se importante salientar que não bastam as mudanças formais, a pura e simples passagem de uma rede para outra, mas tornam-se necessárias mudanças de ordem internas, de concepção de atendimento e, principalmente, de políticas de atendimento.

Hoje, mesmo após a transição das creches para o sistema de ensino, ainda se podem ver diferenças marcantes entre a creche e a pré-escola e entre a profissional que atua na creche e aquela que atua na pré-escola, como pode ser observado no quadro-síntese das diferenças entre as instituições e o perfil profissional:

CRECHE	PRÉ-ESCOLA
<ol style="list-style-type: none"> 1. período integral 2. seleção da demanda (renda familiar e mãe trabalhar fora) 3. funciona 11 a 12 meses ao ano 4. atividades de cuidado (ligadas ao corpo) 5. maior interação com a família 	<ol style="list-style-type: none"> 1. período parcial 2. não há seleção (priorizam-se os mais velhos) 3. acompanha o calendário escolar 4. atividades de cunho escolar (geralmente em sala de aula) 5. menor interação com a família
ADI	PROFESSORA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Leiga 2. Jornada de até 40h/semanais 3. Não tem plano de carreira 4. Salário menor 5. Menor status 6. Trabalha 11 meses/ano 7. Trabalho ligado ao corpo (cuida-se dos pequenos) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Habilitada 2. Jornada de 20h/semanais 3. Em geral tem plano de carreira 4. Salário maior 5. Maior status 6. Segue o calendário escolar 7. Trabalho ligado à mente (escolariza os maiores)

3.

Isso posto, observa-se que ao invés de caminharmos para a integração, na prática, percebe-se uma tendência no sentido de reforçar a dicotomia cuidar/educar,

corpo/mente. Enquanto profissionais leigos ocupam-se do corpo da criança, profissionais habilitados ocupam-se da mente (HADDAD, 2003). Enquanto crianças menores de quatro anos são vistas apenas como corpo que requer cuidados físicos, as de quatro em diante são vistas somente como seres cognitivos, que precisam aprender coisas que lhe serão úteis no mundo letrado.

Não bastasse tudo isso, a discussão que está na ordem do dia é o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 415, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), que desobedecendo a Constituição Federal, a LDB 9394/96, o ECA e outros documentos, exclui as creches do financiamento. Mas esse é um assunto para outro artigo.

Referências Bibliográficas

HADDAD, Lenira. Substituir ou compartilhar? O papel das instituições de educação infantil no contexto da sociedade contemporânea. Texto apresentado no I COPEDI, em Águas de Lindóia, São Paulo, 1998.

_____. Sistemas públicos de Educação Infantil: As dimensões do cuidar e educar numa perspectiva ecológica. Seminário de Educação Infantil - **SINPEEM**, (março/2001, p.13)

_____. Política integrada de Educação Infantil. Revista do SINPEEM, 2003.

JÓIA, Adelaide. Educação Infantil em Caieiras: Um estudo sobre as concepções e práticas de atendimento à criança pequena presentes em creches municipais. São Paulo, PUC, (Dissertação de Mestrado), 2000.

MARCON, Irineo. A creche como instituição educacional: um estudo documental. São Paulo, PUC, (Dissertação de mestrado), 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. In ROSEMBERG, F. (org.) Creche: Temas em Destaque. São Paulo: Cortez, 1989.